

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		1.654.933	1.486.912	CIRCULANTE		804.295	728.813
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	36.153	23.480	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	201.193	228.060
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	201.332	-	Depósitos à Vista		165.340	204.920
Carteira Própria		201.332	-	Depósitos a Prazo		35.853	23.140
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		236.346	514.359	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		493.275	408.830
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		46	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		21	22
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		-	72	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	493.254	408.808
Correspondentes no país		326	139	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.608	1.535
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	235.974	514.148	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.608	1.535
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	1.112.659	894.232	OUTRAS OBRIGAÇÕES		107.219	90.388
Operações de Crédito		1.148.452	926.874	Cobrança e Arrecadação de Tributos		407	325
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(35.793)	(32.642)	Sociais e Estatutárias		21.749	19.981
OUTROS CRÉDITOS		64.082	47.572	Fiscais e Previdenciárias		2.339	2.212
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 07)	79	118	Diversas	(NOTA 14)	82.724	67.870
Rendas a Receber		3.002	3.111				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	61.939	45.060				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(938)	(717)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	4.361	7.269				
Outros Valores e Bens		4.597	7.972				
(Provisão para desvalorização)		(340)	(892)				
Despesas Antecipadas		104	189				
NÃO CIRCULANTE		396.248	243.906	NÃO CIRCULANTE		760.146	593.784
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		396.248	243.906	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		760.146	593.784
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	33.918	22.100	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	743.618	585.095
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		33.918	22.100	Depósitos a Prazo		743.618	585.095
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	291.657	157.809	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	16.528	8.689
Operações de Crédito		304.403	170.216	Repasse Interfinanceiros		16.528	8.689
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.746)	(12.407)				
OUTROS CRÉDITOS		806	34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		486.740	408.221
Diversos	(NOTA 07 e 08)	813	35	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	207.888	176.753
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(7)	(1)	De Domiciliados no País		210.863	177.252
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	32.812	28.146	(Capital a Realizar)		(2.975)	(499)
Outros Investimentos		32.812	28.146	RESERVAS DE CAPITAL		47	47
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	28.983	26.767	RESERVAS DE SOBRAS		231.497	188.880
Imóveis de Uso		3.005	2.694	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		47.308	42.541
Outras Imobilizações de Uso		44.163	37.980				
(Depreciação acumulada)		(18.185)	(13.907)				
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	8.072	9.050				
Outros Ativos Intangíveis		18.199	17.123				
(Amortização acumulada)		(10.127)	(8.073)				
		2.216					
TOTAL DO ATIVO		2.051.181	1.730.818	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.051.181	1.730.818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	125.905	-	125.905	235.168	3	235.171	188.448	1	188.449
Operações de Crédito	123.998	-	123.998	232.541	3	232.544	187.861	1	187.862
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.901	-	1.901	2.615	-	2.615	566	-	566
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	12	-	12	21	-	21
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(48.818)	(78)	(48.896)	(87.573)	(143)	(87.716)	(78.014)	(120)	(78.134)
Operações de Captação no Mercado	(17.408)	(78)	(17.486)	(34.067)	(143)	(34.210)	(31.301)	(120)	(31.421)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.765)	-	(14.765)	(27.635)	-	(27.635)	(26.340)	-	(26.340)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.645)	-	(16.645)	(25.871)	-	(25.871)	(20.373)	-	(20.373)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	77.087	(78)	77.009	147.595	(140)	147.455	110.434	(119)	110.315
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(27.415)	9.404	(18.011)	(48.321)	17.743	(30.578)	(23.960)	16.475	(7.485)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.653	17.228	23.881	13.321	32.999	46.320	12.282	27.784	40.066
Rendas de Tarifas Bancárias	9.724	-	9.724	18.754	-	18.754	18.123	-	18.123
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(24.402)	(2.708)	(27.110)	(45.889)	(5.842)	(51.731)	(41.855)	(4.645)	(46.500)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(20.152)	(3.467)	(23.619)	(40.438)	(6.035)	(46.473)	(36.102)	(4.976)	(41.078)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(58)	(867)	(925)	(188)	(1.670)	(1.858)	(144)	(1.404)	(1.548)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	17.510	437	17.947	36.988	623	37.611	51.595	1.899	53.494
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(16.690)	(1.219)	(17.909)	(30.869)	(2.332)	(33.201)	(27.859)	(2.183)	(30.042)
RESULTADO OPERACIONAL	49.672	9.326	58.998	99.274	17.603	116.877	86.474	16.356	102.830
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(515)	180	(335)	(516)	238	(278)	(659)	40	(619)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	49.157	9.506	58.663	98.758	17.841	116.599	85.815	16.396	102.211
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	425	425	-	(1.914)	(1.914)	-	(129)	(129)
Provisão para Imposto de Renda	-	281	281	-	(1.171)	(1.171)	-	(32)	(32)
Provisão para Contribuição Social	-	144	144	-	(743)	(743)	-	(97)	(97)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(5.163)	-	(5.163)	(8.438)	-	(8.438)	(7.355)	-	(7.355)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	43.994	9.931	53.925	90.320	15.927	106.247	78.460	16.267	94.727
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	15.927	(15.927)	-	16.267	(16.267)	-
REVERSÃO DE OUTRAS RESERVAS	-	-	-	-	-	-	755	-	755
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	43.994	9.931	53.925	106.247	-	106.247	95.482	-	95.482
DESTINAÇÕES	-	-	-	(58.939)	-	(58.939)	(52.941)	-	(52.941)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(11.632)	-	(11.632)	(10.400)	-	(10.400)
Fates - Estatutário	-	-	-	(4.730)	-	(4.730)	(4.254)	-	(4.254)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(42.577)	-	(42.577)	(38.287)	-	(38.287)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	47.308	-	47.308	42.541	-	42.541

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS

CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	153.005	47	150.593	-	29.172	332.817
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	14.112	-	-	-	(28.175)	(14.063)
Destinações para reservas	-	-	-	755	(755)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(242)	(242)
Capital de associados						
Aumento de capital	7.968	-	-	-	-	7.968
Baixas de capital	(8.290)	-	-	-	-	(8.290)
Reversões de reservas	-	-	-	(755)	755	-
Resultado do período	-	-	-	-	94.727	94.727
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(4.254)	(4.254)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	38.287	-	(38.287)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.958	-	-	-	(10.400)	(442)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	176.753	47	188.880	-	42.541	408.221
Mutações do Período	23.748	-	38.287	-	13.369	75.404
Saldos no início do período em 01/01/2019	176.753	47	188.880	-	42.541	408.221
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	20.661	-	-	-	(41.285)	(20.624)
Outras destinações	-	-	-	-	(301)	(301)
Fundo Social	-	-	-	-	(955)	(955)
Capital de associados						
Aumento de capital	9.404	-	-	-	-	9.404
Baixas de capital	(10.018)	-	-	-	-	(10.018)
Reversões de reserva Fundo Social	-	-	40	-	-	40
Resultado do período	-	-	-	-	106.247	106.247
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(4.730)	(4.730)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	42.577	-	(42.577)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.088	-	-	-	(11.632)	(544)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	207.888	47	231.497	-	47.308	486.740
Mutações do Período	31.135	-	42.617	-	4.767	78.519
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	197.072	47	188.880	-	52.322	438.321
Capital de associados						
Aumento de capital	5.208	-	-	-	-	5.208
Baixas de capital	(5.480)	-	-	-	-	(5.480)
Reversões de reserva Fundo Social	-	-	40	-	-	40
Resultado do período	-	-	-	-	53.925	53.925
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(4.730)	(4.730)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	42.577	-	(42.577)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.088	-	-	-	(11.632)	(544)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	207.888	47	231.497	-	47.308	486.740
Mutações do Período	10.816	-	42.617	-	(5.014)	48.419

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	58.537	111.854	101.668
Resultado do semestre/exercício	53.925	106.247	94.727
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.612	5.607	6.941
Provisão para operações de crédito	5.947	3.490	4.464
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(538)	(551)	447
Provisão para desvalorização de outros créditos	182	227	275
Depreciação do imobilizado de uso	2.444	4.656	3.858
Amortização do intangível	1.073	2.054	1.815
Baixas do ativo permanente	190	194	229
Provisão para passivos contingentes	154	156	77
Destinações ao FATES	(4.730)	(4.730)	(4.254)
Dividendos SicrediPar	(110)	111	30
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(266.971)	(341.549)	4.728
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.155)	(11.818)	(11.197)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(201.332)	(201.332)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.515	(46)	126
(Aumento) Redução em créditos vinculados	143	72	(72)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(40)	(187)	11
(Aumento) em operações de crédito	(233.854)	(355.765)	(230.492)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	84.168	92.285	67.834
(Aumento) em outros créditos	(12.752)	(17.618)	(13.047)
Redução em outros valores e bens	2.650	3.459	333
Aumento em depósitos	63.570	131.654	168.829
Aumento em relações interdependências passivas	1.256	1.074	178
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.438)	(4.705)	(2.605)
Aumento em outras obrigações	35.298	21.378	24.830
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(208.434)	(229.695)	106.396
Aquisição de Investimentos	(4.667)	(4.666)	(1.563)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.895)	(7.066)	(7.128)
Aplicações no Intangível	(351)	(1.076)	(3.763)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8.913)	(12.808)	(12.454)
Integralização de capital	5.208	9.404	7.968
Baixa de capital	(5.480)	(10.018)	(8.290)
Juros ao capital próprio	(544)	(544)	(442)
Distribuição de Sobras	-	(21.880)	(14.305)
Reversões de reserva Fundo Social	40	40	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(776)	(22.998)	(15.069)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(218.123)	(265.501)	78.873
Caixa e equivalente de caixa no início do período	490.249	537.628	458.755
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	272.126	272.127	537.628

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 05/12/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	36.153	23.480
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	235.974	514.148
Total	272.127	537.628

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.918	22.100
DI entre Banco e Cooperativas	33.918	20.806
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.294
Total não circulante	33.918	22.100

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	201.332	-
Total circulante	201.332	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	470.357	177.445	647.802	503.740
Financiamentos	102.535	81.321	183.856	99.873
Financiamentos rurais e agroindustriais	575.560	45.637	621.197	493.477
Carteira total	1.148.452	304.403	1.452.855	1.097.090

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	79	-	79	118
Devedores por compra de valores e bens	645	804	1.449	61
Títulos e créditos a receber (i)	55.469	9	55.478	37.469
Total	56.193	813	57.006	37.648

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	329	357	-	-
Nível A	0,50	563.489	403.439	2.817	2.017
Nível B	1,00	622.652	478.593	6.226	4.786
Nível C	3,00	228.720	173.913	6.862	5.215
Nível D	10,00	49.243	32.908	4.924	3.291
Nível E	30,00	16.447	16.226	4.934	4.868
Nível F	50,00	5.653	5.261	2.827	2.631
Nível G	70,00	8.113	3.607	5.679	2.525
Nível H	100,00	15.215	20.434	15.215	20.434
Total		1.509.861	1.134.738	49.484	45.767

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	11.072	134.533	263.807	170.800	580.212	435.823
Rural	572	65.348	509.640	45.637	621.197	493.477
Industrial	242	4.021	4.257	2.042	10.562	6.742
Comércio	2.465	33.575	66.964	28.312	131.316	107.998
Outros Serviços	2.475	39.719	65.955	58.425	166.574	90.698
Total	16.826	277.196	910.623	305.216	1.509.861	1.134.738

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	102.507	6,79	86.477	7,62
50 devedores seguintes	233.109	15,44	184.071	16,22
100 devedores seguintes	205.476	13,61	165.260	14,56
Demais	968.769	64,16	698.930	61,60
Total	1.509.861	100	1.134.738	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	45.767	41.028
Constituição de provisão	25.871	20.373
Movimentação de baixados para prejuízo	(22.154)	(15.634)
Saldo final	49.484	45.767

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 15.793 (2018 - R\$ 10.956), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 38.444 (2018 - R\$ 29.706).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	296	257
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.740	2.607
Devedores por compra de valores e bens	645	32
Devedores por depósitos em garantia	10	8
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.522	1.576
Títulos e créditos a receber (iii)	55.469	37.463
Cotas de consórcio	256	182
Operações com cartões	637	985
Pendências a regularizar	104	1.543
Outros	260	407
Total Circulante	61.939	45.060
Devedores por compra de valores e bens	804	29
Títulos e créditos a receber (iii)	9	6
Total não circulante	813	35

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, assim como alguns casos em que houve pagamento indevido de valores de INSS. Ambos os casos serão compensados através da PER/DCOMPweb.

(iii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.597	7.971
Imóveis	4.472	7.185
Veículos e afins	125	40
Bens em regime especial	-	746
Material em estoque	-	1
Despesas antecipadas	104	189
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(340)	(892)
Total Circulante	4.361	7.269

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 340 (2018 - R\$ 892) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	15.818	14.604
Sicredi Participações S.A.	16.992	13.540
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	32.812	28.146

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	6.640.483 ON	4.391.147 ON	2	2	15.817.773	14.604.450
	13.805.544 PN	9.148.270 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,94%	1,54%	1,24%	1,24%	32,03%	32,92%
Capital social	969.491	880.597	164	164	49.391	44.357
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	52.149	46.954
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	92	163
Valor do investimento	16.992	13.540	2	2	15.818	14.604

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	47.168	(18.185)	28.983	26.767
Imobilizações em curso	-	1.703	-	1.703	4.176
Terrenos	-	396	-	396	66
Edificações	4%	2.609	(505)	2.104	2.227
Instalações	10%	21.340	(7.395)	13.945	11.765
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.700	(3.247)	5.453	4.235
Sistema de comunicação	10%	515	(160)	355	181
Sistema de processamento de dados	20%	10.578	(6.605)	3.973	3.643
Sistema de segurança	10%	898	(191)	707	295
Sistema de transporte	20%	429	(82)	347	179

Intangível (i)	18.199	(10.127)	8.072	9.050
Investimentos Confederação	18.199	(10.127)	8.072	9.050

Total	65.367	(28.312)	37.055	35.817
--------------	---------------	-----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	165.340	-	-	165.340	204.920
Depósitos a prazo	8.123	27.730	743.618	779.471	608.235
Total	173.463	27.730	743.618	944.811	813.155

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	493.254	408.808
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	493.254	408.808
Total circulante	493.254	408.808

Recursos do Crédito Rural	16.528	8.689
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	16.528	8.689
Total não circulante	16.528	8.689

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 04/12/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	14.133	16.558
Obrigações por convênios oficiais	11	7
Provisão para pagamentos a efetuar	5.862	5.508
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	386	230
Outras Contingências	2	9
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.953	2.296
Pendências a regularizar	427	107
Operações com cartões	53.027	37.306
Demais fornecedores	2.748	2.955
Credores diversos	3.175	2.894
Total circulante	82.724	67.870

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	5	30	(5)	30
Cível	225	178	(63)	340
Tributária	-	16	-	16
Total	230	224	(68)	386

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	30	5
Cível	Provável	341	225
Tributária	Provável	16	-
Total		387	230

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 61; R\$ 333 (2018 - R\$ 37, R\$ 0), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	207.888	176.753
Total de associados	83.400	77.109

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 31.135 (2018 – R\$ 23.748), sendo R\$ 31.749 (2018 – R\$ 24.070) via integralização de resultados e R\$ 9.404 (2018 – R\$ 7.968), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 10.018 (2018 – R\$ 8.290).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,16% em Conta Capital, no montante de R\$ 11.632, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	108.161	94.856
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(43.264)	(39.840)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	65	43
Provisão resgate de milhas cartão	25	(145)
Brindes e Doações	(414)	(68)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(33)	153
Receita com atos cooperativos	36.128	32.954
Juros sobre capital próprio	4.653	4.368
Prejuízo fiscal	859	741
Lucros e dividendos	43	108
Outros	24	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.533
Subtotal	41.350	39.711
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.914)	(129)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	33.918	22.100
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	201.332	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	235.974	514.148
Outros Créditos - Rendas a receber	2.656	2.609
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.272	808
Investimentos (Nota 10)	32.812	28.146
Intangível (Nota 11)	8.072	9.050
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	509.782	417.497
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	52.737	35.334
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.615	566
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	17.379	13.788
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	27.539	37.450
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	27.635	26.340
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.474	4.482
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	17.192	15.586

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	190	0,11%	50
Depósitos a prazo	401	0,05%	541
Operações de crédito	525	0,04%	675

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.970	3.167

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.316	1.042
Despesa de aluguéis	3.176	3.143
Despesa de comunicação	2.059	2.272
Despesa de manutenção e conservação	2.823	2.592
Despesa de material	1.010	912
Despesa processamento dados	1.304	999
Despesa de promoções e relações públicas	5.461	4.685
Despesa de propaganda e publicidade	642	377
Despesa de seguro	237	542
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.784	3.976
Despesa de serviços de terceiros	1.207	1.059
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.384	2.248
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.860	2.595
Despesa de serviços de transportes	2.615	2.071
Despesa de viagem	488	697
Despesa de depreciação e amortização	4.656	3.858
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.054	1.815
Despesas de dispêndios assistência técnica, educacional e social	4.703	2.605
Outras despesas administrativas	3.694	3.590
Total	46.473	41.078

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.432	6.969
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	27.430	37.193
Reversão de provisões operacionais	3.529	3.075
Absorção dispêndios - Fates	4.704	2.605
Outras rendas operacionais	516	3.652
Total	37.611	53.494

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.474	4.134
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.440	1.837
Contribuição Confederação Sicredi	11.891	10.921
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	2.844	2.709
Encargos da administração financeira	154	249
Repasse administradora de Cartões	533	597
Outras provisões operacionais	4.093	3.228
Despesas com cartões	3.020	2.251
Outras despesas operacionais	2.614	3.985
Total	33.201	30.042

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	158.020	140.839
Coobrigações em cessões de crédito	107	145
Total	158.127	140.984

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	478.668	399.171
Nível I (NI)	478.668	399.171
Capital principal - CP	478.668	399.171
Capital social	207.888	176.753
Reservas de capital	231.544	188.927
Lucros acumulados	47.308	42.541
Ajustes Prudenciais	(8.072)	(9.049)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.705.930	1.453.510
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.532	4.256
Margem de Capital (i)	296.013	242.297
Índice de Basileia (PR / RWA)	28,06%	27,46%
Situação de Imobilização (Imob)	28.985	26.769
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,06%	6,71%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Giorgio Martins Bonato
Diretor Executivo
CPF: 867.644.891-49

Antônio Carlos Peres
Diretor de Operações
CPF: 528.531.361-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20